



## **PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AS ESCOLAS DO CAMPO**

Luciana Pinto Fernandes - UFSM

[pintofluciana@yahoo.com.br](mailto:pintofluciana@yahoo.com.br)

Tânia Mara De Bastiani – UFSM

[taniamaradb@hotmail.com](mailto:taniamaradb@hotmail.com)

### **Resumo**

O ProJovem Campo – Saberes da Terra foi criado a partir da necessidade em ofertar escolarização aos jovens do campo e propõe a oferta do Curso de Ensino Fundamental na modalidade de Jovens e Adultos, integrando a qualificação social e profissional à Agricultura Familiar. Ele faz parte do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. Este trabalho foi realizado a partir de uma análise documental e bibliográfica, tanto da estrutura do Programa, quanto da sua identificação com as escolas do campo e, tem por base a seguinte questão: quais conhecimentos são pertinentes, segundo o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, para fortalecer o currículo das escolas do campo?. A partir dela, concluímos que todos os conhecimentos são pertinentes desde que sejam úteis para a comunidade na qual o educando está inserido.

**Palavras – chave:** ProJovem Campo – Saberes da Terra. Escolas do campo. Currículo.

### **Introdução**

A juventude no Brasil representa demograficamente um grupo etário bastante significativo no que se refere a números, no entanto, é notória a precariedade quanto aos incentivos do governo voltados ao seu desenvolvimento integral, qualidade e segurança de vida. Segundo a lei nº 11.129/2005<sup>1</sup>, a juventude é uma fase da vida que se distingue

---

<sup>1</sup> A lei 11.129/2005 institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ.

etariamente dos 15 aos 29 anos, situando-se nos mais variados lugares: na cidade, no campo, na floresta, na beira dos rios, nas aldeias, nas comunidades quilombolas dentre outros, portando é essencialmente necessário considerar sua diversidade. Contudo, em nossa sociedade se fazem observar jovens se mantendo apáticos às mais variadas realidades do cotidiano, como se não houvessem saídas que vislumbrassem seus olhares, sem ânimo e nem

perspectivas alcançáveis para a felicidade, o bem estar. Os jovens ainda são lembrados e, assim devem ser, como seres pujantes e revolucionários em sua essência.

O modelo econômico implementado nas últimas décadas no Brasil rebaixa os jovens a um grupo muito limitado no que se refere ao gozo dos direitos mais fundamentais, perpassando por vários mecanismos de exclusão, disparidades econômicas e desigualdade social, evidenciando várias mazelas como: acesso restrito a educação de qualidade e frágeis condições de permanência nos sistemas escolares, pouca ou nenhuma qualificação para o mundo do trabalho, envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas – homicídio, trânsito e suicídio, baixo acesso à prática de esportes, lazer e cultura. Enfim, como atores principais desse cenário, os jovens brasileiros são hoje apontados como o segmento mais vulnerável da sociedade brasileira.

Segundo o documento base da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (2007, p. 07), “a juventude é um elo entre o Brasil que temos e aquele que devemos construir... A juventude sozinha não vai transformar o país... É difícil imaginar qualquer transformação profunda sem a participação da juventude”.

Diante desse contexto é necessário que uma manifestação do governo se inicie a partir de políticas públicas direcionadas ao segmento juvenil promovendo ações que viabilize o desenvolvimento dos jovens brasileiros, assegurando como já dissemos seus direitos mais fundamentais. Essa realidade emergencial coloca o Estado em questão, pois, o que se vivencia é uma insuficiência de bens e serviços para o atendimento desse grupo populacional e com isso soma-se o baixo conhecimento do poder público sobre a realidade juvenil o que em muitos casos provoca um desencontro entre as demandas dos jovens e as políticas públicas.

Como proposta a essa realidade excludente o governo institucionaliza a partir da lei nº 11.129/2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, como meio de promover políticas públicas voltadas para juventude brasileira, fomentando ações de assistencialismo e resgate dos direitos fundamentais, essas políticas são de abrangência: universais – educação e geração de emprego; emergenciais – oportunizar jovens em situação de vulnerabilidade social; e específicas – reconhecer e promover o potencial e as particularidades da condição juvenil.

As políticas públicas do governo direcionadas aos jovens brasileiros são corporificadas e instituídas a partir do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, criado como um componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento de Combate à Fome. O ProJovem é direcionado aos jovens de 15 a 29 anos<sup>2</sup> que concluíram a quarta série e não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental e não tem vínculos formais de trabalho, organiza-se nas modalidades: ProJovem Adolescente – Serviço Sócioeducativo, ProJovem Urbano, ProJovem Campo – Saberes da Terra, ProJovem Trabalhador. O intuito do Programa é oportunizar elevação de escolaridade, qualificação profissional e realização das ações comunitárias de interesse público, a partir de cursos de formação integral com carga-horária de 1.600 horas ofertado em doze meses consecutivos, sendo 1.200 horas presenciais e 400 horas não presenciais. O Programa aponta um diferencial de re-inserção do jovem na escola, respeito a sua diversidade e a realidade de sua localidade, corroborando suas características emergenciais, propõe também capacitação dos jovens para o mundo do trabalho assim como a inclusão digital.

Este trabalho propõe uma discussão em torno do Programa ProJovem analisando, especificamente, o ProJovem Campo - Saberes da Terra, desenvolvido para jovens da Agricultura Familiar. As reflexões serão iniciadas a partir da proposta de trabalho instituída pelo currículo do Programa, analisando as propostas de conhecimentos a serem adquiridos e dos conteúdos trabalhados a partir do ingresso do jovem. Este trabalho entende a educação como uma das bases estruturantes da sociedade e o currículo como um meio de sistematização do ensino e questiona: quais conhecimentos são pertinentes, segundo o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, para fortalecer o currículo das escolas do campo?

A partir de uma pesquisa bibliográfica pretende-se analisar a estrutura curricular e os objetivos do Programa no intuito de discutir a escolha e a aplicabilidade dos conhecimentos com a finalidade de fortalecer as escolas do campo.

---

<sup>2</sup> O programa ProJovem é destinado a faixa etária de 15 a 29 anos, porém, cada modalidade possui uma faixa etária conforme os objetivos estabelecidos.

## **Conhecendo um pouco sobre o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra**

O governo brasileiro tem uma enorme dívida social e política com as comunidades do campo em virtude da herança colonizadora realizada por Portugal e, mais tarde, pelos próprios brasileiros. Explorados e abnegados de seus direitos, os povos do campo tiveram paulatinamente negligenciados seus direitos humanos, sociais e trabalhistas ao longo de um cenário de profundo esquecimento.

Conforme Apple (2006, p. 54), “qualquer sociedade que aumenta a lacuna entre ricos e pobres, no que diz respeito ao controle do ‘capital’ cultural e econômico, precisa ser questionada”.

Na década de 60, a educação rural passa a ser adotada como alternativa de deter o êxodo rural que começava a se intensificar, entre outros fatores, devido às péssimas condições que as comunidades camponesas eram submetidas. Paralelo às intenções do governo brasileiro, começa a intensificar um vigoroso movimento em prol da educação popular, sendo alicerçado por estudantes e educadores das universidades, movimentos religiosos de base, organizações profissionais e partidos políticos de esquerda, com propósito de fomentar a participação política das camadas populares, em especial as comunidades pertencentes ao campo, encabeçando assim um movimento que lutava para que direitos básicos fossem atendidos, dentre eles acesso e permanência à educação.

Em 1964 com o golpe militar instaurado no Brasil houve um retrocesso na luta pela educação popular, a efetivação do golpe reprimiu todas as ações que fomentasse o desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo que o governo reprimiu ações pró-educação popular, cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, apenas com objetivo de expor números satisfatório de redução do analfabetismo, sem nenhum compromisso com a aprendizagem nem tão pouco com a educação.

Contextualizando o cenário da época, o modelo de desenvolvimento do país

[...] passa a pôr em prática um desvirtuamento do princípio da ideologia liberal proclamada desde os anos 20 (escola: direito para todos). O viés passa a ser então de que o Estado que privilegia pouco compromete seu próprio desenvolvimento econômico (FAZENDA, 1985, p.20).

Apenas na década de 1980 começa-se novamente a falar sobre educação popular a partir dos movimentos sociais e das representações civis, situando novamente a educação do

campo como partícipe da redemocratização do país, surgiu o desejo de se construir uma educação que valoriza as riquezas e possibilidades do campo, respeitando suas particularidades, e acima de tudo impulsionando tomada de decisões frente a conquistas dos direitos sociais.

Ainda sobre a relevância da educação para a o desenvolvimento do campo enfatiza-se que

Nessa trajetória de tentar construir uma escola diferente, o que era (e continua sendo) um direito, passou a ser um dever. Se queremos novas relações de produção do campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então precisamos preocupar-nos em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos desta transformação (Caldart, 2009, p. 79).

Assim o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra nasce como sendo mais um fruto dessa trajetória de lutas, desvalorização e descasos da sociedade brasileira para com os povos do campo.

É um Programa de escolarização destinado a jovens agricultores/as familiares em nível fundamental na modalidade de Jovens e Adultos – EJA, integrado a qualificação social e profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Surgido em 2005 o Programa é vinculado ao Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, ofertado a jovens camponeses de dezoito a vinte e nove anos, tendo como meta a escolarização de jovens agricultores/as de diferentes estados e regiões do Brasil: na região nordeste – Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Piauí; no centro-oeste – Mato Grosso do Sul; no sul – Santa Catarina e Paraná; no sudeste – Minas Gerais e no norte – Pará, Tocantins e Rondônia.

O Programa tem como proposição diversas realidades campesinas, atendendo: comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentamentos e de pequenos agricultores. A partir da oferta do Curso de Nível Fundamental Integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade espera-se que os jovens agricultores/as tenham maiores expectativas quanto a sua formação intelectual, social e cultural, assim como, sua subsistência a partir da formação e qualificação profissional, promovendo emprego e geração de renda para sua localidade.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra apresenta-se como inovador por tratar de uma política nacional de escolarização de jovens e em específico de jovens agricultores/as articulando a formação intelectual e social ao fortalecimento da agricultura familiar, o propósito do Programa é reconhecer as escolas do campo como locais de formação intelectual, social e profissional, de discussão e valorização da história das comunidades camponesas, partindo desse pressuposto propondo um currículo que valorize suas essências e vivências intrínsecas na cultura camponesa. Dessa forma, o Programa se institucionaliza como uma estratégia político-pedagógica para garantir os direitos educacionais dos povos do campo, potencializando suas ações no desenvolvimento sustentável e solidário dos núcleos familiares e comunidades camponesas por meio das atividades curriculares e pedagógicas. Para o Programa é fundamental que o currículo das escolas do campo evidencie nas práticas escolares uma afinidade de ideias com os movimentos sociais, movimentos sindicais do campo, cooperativas representativas e associações, para que seus discursos e suas estratégias políticas pedagógicas sejam fortalecidas, todo processo educativo ganha mais consistência quando a comunidade e suas entidades se envolvem.

Diante das proposições do Programa em qualificar os jovens camponeses/as voltamos ao questionamento central desse trabalho: Quais conhecimentos são pertinentes, segundo o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, para fortalecer o currículo das escolas do campo?

Ao pensar sobre este questionamento é indispensável compreender como se estrutura o currículo do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra.

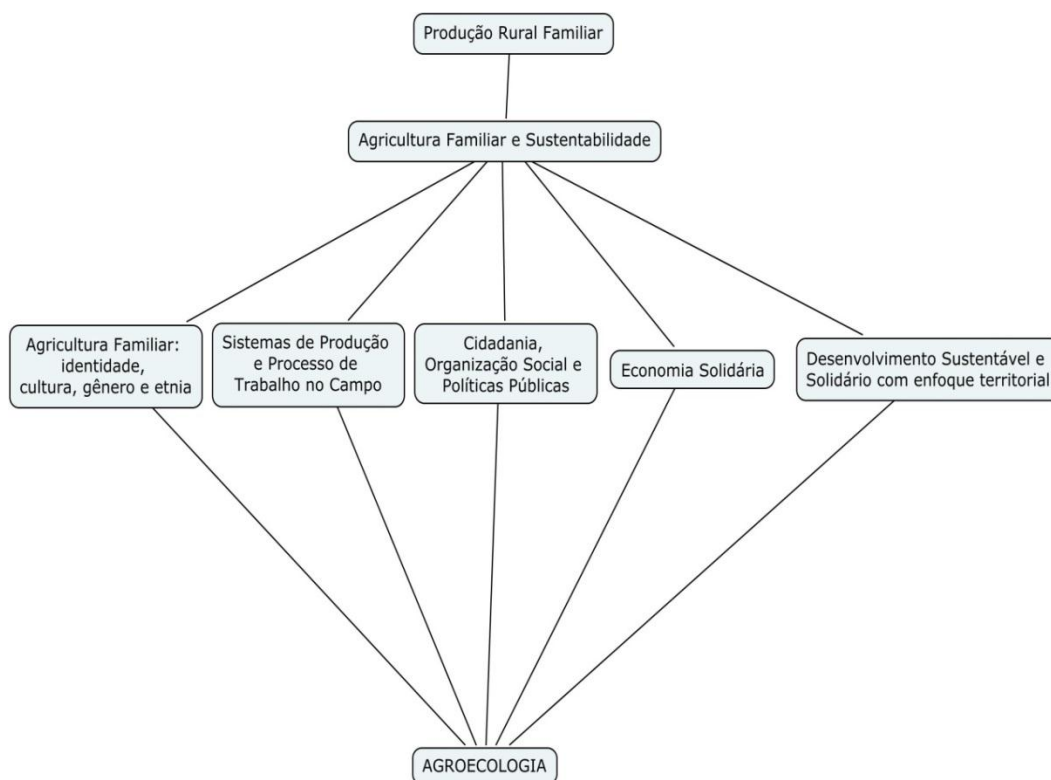
### **Um olhar sobre o currículo do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra**

O Programa entende como currículo a organização das ações a serem desenvolvidas em seu decorrer, configurando a orientação dos materiais a serem utilizados, os assuntos e conteúdos a serem discutidos, a organização do trabalho pedagógico para que as ações se concretizem, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem dentre outras ações e vivências que são realizadas no ambiente educativo que não necessariamente se vincula no ambiente escolar, além do supracitado, o currículo compreende as relações que se estabelece entre os estudantes, equipe gestora e a comunidade na qual o Programa é desenvolvido, as

aprendizagens, os momentos de discussão, as propostas encaminhadas e efetivadas, contudo o currículo é uma composição de pessoas, ideias, conceitos.

O currículo constitui-se num espaço de produção e disseminação de conhecimentos, de práticas e políticas culturais. O currículo interfere na produção do imaginário da população, a partir dos valores, comportamentos, atitudes, normas, padrões culturais que veicula, conferindo legitimidade ao projeto social dos grupos que apresentam maior poder na sociedade, atribuindo-lhe um caráter oficial, envolvendo inclusive o apoio dos setores populares (HAGE, 2006, p. 63).

A organização curricular do Programa está fundamentada no eixo articulador, Agricultura Familiar e Sustentabilidade, que amplia suas dimensões de atuação na formação do jovem agricultor por meio dos seguintes eixos temáticos – Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Sistemas de Produção e Processo de Trabalho no Campo; Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; Economia Solidária; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque territorial. Tanto o eixo articulador quanto os eixos temáticos dialogam com o Arco Ocupacional, Produção Rural Familiar, que possui como base técnica comum a Agroecologia e as ocupações: sistemas de cultivo, sistemas de criação, extrativismo, agroindústria e aquicultura (ver figura 1).



**Figura 1** - Organização curricular do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra

**Elaboração:** BASTIANI, T. M. 2013.



O currículo do ProJovem também dialoga com as áreas do conhecimento – Linguagem, códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas, Ciências Naturais, Ciências Exatas e Ciências Agrárias, assim como os componentes curriculares referentes ao Ensino Fundamental, essa proposição curricular fomenta uma formação integrada ao mundo do trabalho e a cidadania valorizando os saberes intensificados no trabalho com os eixos temáticos, vivenciando nas práticas escolares do Programa as tradições históricas e culturais, os acúmulos tecnológicos e organizacionais presentes na comunidade.

A execução da proposta pedagógica e curricular acontece por meio da realização de atividades educativas em diferentes tempos e espaços formativos, os jovens iniciam a escolarização pelo tempo escola, tempo correspondente a permanência do jovem no ambiente escolar com vivências pertinentes aos assuntos dos eixos temáticos e como continuidade à sua formação, o jovem vivencia o tempo comunidade, que corresponde ao período em que eles realizam fora do ambiente escolar pesquisas, estudos e experiências técnico-pedagógicas, compartilhando seus conhecimentos e experiências adquiridas na escola. O tempo escola e o tempo comunidade como espaços formativos propõe aos jovens agricultores: leituras, escritas, arte, afirmação da diversidade étnica, cultural e gênero, além disso, desenvolve ações coletivas e solidárias, problematizando as relações de preconceito entre o campo e a cidade, revigorando sua auto-estima, reconhecendo seu valor e toda sua representatividade na economia brasileira.

Segundo o Documento Base do ProJovem Campo – Saberes da Terra, a proposta pedagógica, denominada Pedagogia da Alternância

[...] é operacionalizada a partir da divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente familiar. Esse modelo tem sido estudado e elogiado por grandes educadores brasileiros e é apontado pelos movimentos sociais como uma das alternativas promissoras para uma Educação do Campo com qualidade, por articular o aprendizado escolar com as vivências produtivas das populações do campo. (Documento Base do ProJovem Campo – Saberes da Terra, 2009, p.14).

O Programa condiciona suas características aos valores e vivências das comunidades camponesas respeitando suas especificidades, com isso sua intenção é de que, as escolas e seu processo educativo realmente sejam direcionadas a essas comunidades e a realidade de vida dos povos do campo, sendo reconhecidas como escolas “do” campo e não escolas “no” campo.

O currículo do Programa procura integralizar os conhecimentos do Ensino Fundamental a partir da modalidade ofertada a jovens e adultos com os conhecimentos técnicos voltados à qualificação social e profissional referentes a Agricultura Familiar e Sustentabilidade, dessa forma a ênfase gira em torno da organização do trabalho, da valorização e manutenção da família nas comunidades camponesas a partir da prática econômica da agricultura familiar onde as decisões do cultivo e as atividades a serem desenvolvidas geram a partir do sustento da própria família, não descartando o excedente para comercialização e geração de renda.

Segundo Arroyo (2009, p. 105), “deve-se incorporar no currículo do campo os saberes que preparam para produção e o trabalho, os saberes que preparam para a emancipação, para a justiça, os saberes que preparam para a realização plena do indivíduo como ser humano”.

Enfim, o currículo do Programa valoriza o conhecimento intelectual apreendido e compreendido pela sociedade contemporânea como modelo de conhecimentos pertinentes a serem concebidos, assim como, intensifica saberes voltados a uma formação e qualificação profissional idealizando práticas e projetos a serem desenvolvidos na concepção de geração de emprego e renda, na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável e da agroecologia nas comunidades do campo. Dessa forma estabelece uma ligação entre os saberes adquiridos e os saberes da tradição de sua comunidade, sem que o segundo se perca em uma miscigenação e sim fortaleça as relações entre as gerações.

### **O Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra: fortalecendo o currículo das escolas do Campo**

O ProJovem Campo – Saberes da Terra como política pública educacional direcionada aos jovens brasileiros que vivem nas comunidades camponesas, necessita de um espaço formativo e de diretrizes curriculares para efetivar suas ações, para o Programa, as escolas do campo centralizam esses espaços de discussão, aprendizagens e direcionamento de ações planejadas, no intermédio do ambiente escolar e na articulação do currículo que promovaa oferta da escolarização e da qualificação profissional com vistas ao desenvolvimento sustentável reinventando potencialidades.

Conforme o documento base do Programa, o plano de implementação organiza-se em cinco sistemas integrados como vistas a garantir a execução do Curso de Nível Fundamental Integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, sendo, sistema instrucional, sistema operacional, sistema de apoio pedagógico ao estudante, sistema de comunicação e informação e o sistema de monitoramento e avaliação do programa.

O sistema instrucional refere-se à organização do material pedagógico a ser utilizado no decorrer do Curso, como a produção de cadernos diretivos utilizados no decorrer das aulas chamados de unidades formativas, seleção de acervo bibliográfico e multimídia, elaboração de instrumentos avaliativos, utilizados com viés diagnóstico e formativo, a serem direcionados e utilizados durante as etapas do Curso. Ainda sobre as unidades formativas, são organizadas em quatro volumes abordando assuntos de natureza multidisciplinar, com o propósito de propor situações de ensino e aprendizagem, a partir de textos e contextos diversos a serem discutidos sempre no intuito de problematizar a realidade das comunidades do campo, outra abordagem das unidades são orientações aos estudantes a cerca de sua rotina de trabalhos individuais e em grupo, atividades de estudo e auto-avaliação, assim como as atividades à distância. Os textos inclusos nos volumes orientarão as atividades, roteiros de estudos e trabalhos práticos, especialmente o Plano de Orientação Profissional – POP e o Plano/Relatório de Ação Comunitária – PLA, que ao final do curso deverão ser apresentados individualmente pelos estudantes, ainda fazem parte das unidades formativas as leituras complementares e de reforço. Ao fim do processo formativo perpassados pelas quatro unidades formativas, os jovens passarão por um exame nacional externo e por uma avaliação de desempenho ao longo do curso, sistematizando o processo de certificação do Ensino Fundamental integrado ao Curso de Formação Inicial.

O sistema operacional compreende as ações que envolvem o percurso inicial: seleção, matrícula e viabilização de bolsas auxílio aos estudantes do Programa; percurso intermediário: distribuição de materiais e equipamentos didático-pedagógicos, apuração da frequência e do desempenho escolar dos estudantes, organização dos espaços para as aulas e trabalhos orientados, organização do tempo escola e do tempo comunidade, planejamento das aulas e dos trabalhos orientados e o percurso final: avaliação e certificação.

O sistema de apoio pedagógico ao estudante abrange a seleção e a preparação dos docentes e o regime de trabalho estipulado pelo Programa, os docentes deverão ter formação docente específica em nível de graduação para atuarem, disponibilizando-se no mínimo por

trinta horas semanais para as atividades pertencentes ao Programa, sua formação continuada será direcionada além do estudo dos conteúdos básicos de sua formação intelectual, para os conhecimentos a cerca do Programa, objetivos e características, tendo como referência o Manual do Educador, no qual se discute conhecimentos teórico-práticos, assuntos integralizados com a qualificação profissional e ação comunitária, enfim, a partir da formação continuada aprofundam-se conhecimentos sobre a dinâmica pedagógica do Programa, conhece os estudantes e a localidade onde o Programa será desenvolvido. Os docentes do Programa deverão ser preparados para os trabalhos de orientação no qual envolverão estudos referentes aos conteúdos e serem discutidos no decorrer dos encontros, metodologias e procedimentos adotados em suas mediações com os estudantes e sua comunidade a fim de que se cumpram as etapas do Programa e discussões a cerca de princípios e valores.

Sistema de comunicação e informação tem por funcionalidade propagar as informações dentro do Programa, mantendo vínculo dos estudantes com todos os participantes do Programa, estimulando a participação da comunidade nas ações e nas convivências sociais, viabilizando informações sobre as programações a serem desenvolvidas, a vida acadêmica dos estudantes, a formação dos docentes, manifestações dos estudantes, docentes e gestores locais a respeito do Programa.

O Sistema de monitoramento e avaliação – SMA possibilitará a avaliação da qualidade o curso é integrado por instituições universitárias ou por centros especializados de pesquisa e desenvolvimento da área, atuam no registro e processamento de dados, especialmente os referentes à frequência dos estudantes e às ações curriculares promovendo informações balizadoras sobre as reais condições do Programa.

Portanto, o ProJovem Campo – Saberes da Terra contribui para o desenvolvimento do campo e das pessoas que fazem parte do campo e a educação do campo passa a desempenhar um papel fortalecedor pois alarga dos espaços escolares, uma vez que se incentivem aprendizagens e discussões dentro das comunidades a cerca de sua história e de seus movimentos sociais. As escolas do campo são consideradas espaços de sistematização, análise e síntese das aprendizagens, portanto um encontro das diferenças, produzindo novas formas de se relacionar com o mundo. Desse modo a escola do campo assume-se como: formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana; valorizadora de saberes, uma vez que reconhece a identidade histórica trazida pelos estudantes, seus núcleos familiares e sua comunidade e criadora de ambientes de diálogos entre os sujeitos, contribuindo na formação

sociocultural, com discussões pertinentes sobre ética, valorização humana e respeito às diferenças do grupo. Por fim a escola do campo dialoga sobre o trabalho como princípio educativo, uma vez que todo conhecimento, seja ele científico, ou da prática social, é identificado pelos seres humanos a partir do trabalho. Nessa perspectiva a escola criar e recriar espaços dignos de convivência.

### **Considerações Finais**

Este trabalho procurou a partir de uma análise documental e bibliográfica refletir, considerando o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, sobre quais conhecimentos são pertinentes para fortalecer o currículo das escolas do campo.

O Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra a partir de sua estrutura organizativa traz a tona uma discussão sobre que conhecimentos devem ser pertinentes e reconhecidos nas discussões das escolas do campo. Considerando as análises realizadas, acreditamos que todo conhecimento é significativo desde que sejam úteis para a comunidade na qual o educando está inserido, não adiantando discussões bonitas, porém, vazias de significados, discussões que não tenham sentidos e nem promovam necessidades de mudanças, pois, o ser humano é um ser inacabado que necessita sempre de novas possibilidades, portanto, todo conhecimento é pertinente desde que traga uma mudança de comportamento e um progresso social.

O Programa acredita que os conhecimentos válidos são aqueles que promovem uma mudança de comportamento, que inclua os jovens do campo na sociedade brasileira, aqueles que proporcionam aos jovens a interagir conscientemente na realidade, que lhes dê condições de contribuir para o desenvolvimento da sociedade no qual está inserido. O Programa acredita na importância que a educação tem nessa conquista de espaço e o quanto é imprescindível, nas escolas do campo, um currículo que respeite as diferenças e valorize o ser humano.

### **Referências**

- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.**

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais do Campo.** Resolução nº 01 de 03 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovem, cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude nº 11.129 de 30 de junho de 2005.**

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais nº 11.326 de 24 de julho de 2006.**

**Política nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas.** Regina Célia Reyes Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa (orgs.). São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Juventude/ Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria Geral da Presidência da República. **Documento Base da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Base: ProJovem Campo – Saberes da Terra: Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Agricultores (as) Familiares integrada à qualificação social e profissional.** Brasília: 2009.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60: O pacto do silêncio.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). **Projeto Base PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA:** Programa Nacional de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) Familiares. Brasília: 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC). **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.** Brasília: 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS. **Proposta Curricular da Educação do Campo.** Palmas: 2009.